

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia – APAE
BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 EM (R\$) DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 EM (R\$)

ATIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	8.518.106,16	7.621.863,69
Disponível	4.338.369,26	2.952.493,04
Caixa - Assistência Social.....	1.991,06	5.159,22
Bancos c/Movimento - Assist. Social..	1.198.076,11	378.741,91
Bancos c/Movimento - Educação.....	-	-
Bancos CH a Compensar	-	(90.038,48)
Aplicações Financeiras - Assist. Social.	3.138.302,09	2.658.630,39
Créditos/Estoques	4.179.736,90	4.669.370,65
Adiant./Desp. Antecipadas - A. Social..	157.751,77	126.432,64
Créditos Serv. a receber - Assist.Social	3.502.541,73	4.021.865,70
Convênios/Contrib. a Rec. - A. Social..	387.757,95	410.798,42
Estoque/Almoxarifado - Assist. Social..	131.685,45	110.273,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.023.515,87	5.115.207,37
Investimento	477,54	-
Conta Capital Sicoob	477,54	-
Imobilizado	23.023.038,33	5.115.207,37
Bens do Ativo Fixo - Assist. Social.....	6.728.636,63	6.523.223,79
Bens do Ativo Fixo - Saúde.....	129.280,00	128.185,00
Bens do Ativo Fixo - Educação.....	40.863,60	40.863,60
(-) Deprec. Acumuladas - Assist. Social.	(1.621.469,89)	(1.458.068,76)
(-) Deprec. Acumuladas - Saúde.....	(117.462,09)	(91.797,71)
(-) Deprec. Acumuladas - Educação....	(31.284,91)	(27.198,55)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.894.474,99	-
TOTAL DO ATIVO	31.541.622,03	12.737.071,06

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE	3.537.725,48	3.011.102,51
Fornecedores - Assist. Social.....	720.397,61	532.435,45
Obrig. Sociais/Fiscais-Assist. Social	276.455,59	152.845,75
Prov./Contas a Pagar-Assist. Social	130.456,32	151.285,14
Adiantamento/Clientes	15.739,00	0,00
Receitas a Faturar FMS	2.394.676,96	2.174.536,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.003.896,55	9.725.968,55
Patrimônio Social	9.725.968,55	8.868.615,18
Ajuste Exercício Anterior.....	11.230,74	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial ..	17.894.474,99	-
Resultado Exercício.....	372.222,27	857.353,37
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.541.622,03	12.737.071,06

RECEITAS	2017	2016
RECEITAS	14.625.157,12	15.153.381,14
Receitas - Assistência Social	11.436.454,62	11.389.281,26
Serviços Prestados	7.604.318,70	7.480.350,64
Contribuições/Doações	3.198.748,85	2.874.898,31
Convênio F.M.A.S.	-	350.280,00
Convênio F.N.S.	99.870,00	-
Convênio F.M.D.C.A.	-	-
Eventos, Bazar, Floricultura/Outros	211.409,49	353.025,79
Receitas Financeiras	198.892,18	222.827,32
Convênio Sec Est Cidadania Trab GO	123.215,40	107.899,20
Receitas - Saúde	3.145.617,22	3.745.915,82
Serviços Prestados	3.145.617,22	3.745.915,82
Receitas - Educação	43.085,28	18.184,06
Secret. Educ. Estad. - FNDE/PDDE	-	7.400,00
Convênio FNDE / PNAE	24.635,02	-
Contribuições/Doações	18.450,26	10.784,06
CUSTOS E DESPESAS	14.252.934,85	14.296.027,77
Custos e Despesas - Assistência Social	11.145.387,45	10.744.912,24
Custos Operacionais Prest. Serviço	1.014.415,29	862.414,46
Gastos C/Pessoal	6.397.838,08	6.236.909,04
Despesas Administrativas	1.012.236,44	898.616,62
Serviços Terceiros Operacionais	2.230.083,72	2.457.025,19
Reformas e Manutenção Instalações	311.749,48	95.771,12
Custo Serviço Social	12.073,39	33.991,98
Gastos Manut. Consumo e Convênio	135.637,43	126.812,15
Tributárias	10.379,48	10.549,69
Despesas Financeiras	20.974,14	22.821,99
Custos e Despesas - Saúde	3.065.558,68	3.533.997,37
Custos Operacionais Prest. Serviço	3.065.558,68	3.533.997,37
Custos e Despesas - Educação	41.998,72	17.118,16
Custos Operacionais Educação	41.998,72	17.118,16
RESULTADO DO EXERCÍCIO	372.222,27	857.353,37

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIÂNIA - NOTA EXPLICATIVA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 EM (R\$)

Nota No. 1 – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia, sediada em Goiânia – Goiás, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, a qual tem como objetivo promover e articular serviços e programas de prevenção, assistência social, saúde, educação, esporte, lazer e profissionalização, visando à inclusão social da pessoa com deficiência. Para atender suas finalidades estatutárias mantém 04 Complexos Assistenciais, todos em Goiânia, sendo: Complexo I - Setor Coimbra: compreende: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social, CEATE I - Centro de Atendimento Especializados I, CEESHA - Centro de Educação Especial Helena Antipoff, Administração e Telemarketing. Complexo II - Jardim Goiás: compreende: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social, CAFFA - Centro de Assistência Social e Formação da Família Apaeana, CEATE II - Centro de Atendimento Especializados II, CCEL - Centro de Cultura Esporte e Lazer Christian & Ralf e CEPAT - Centro Educacional Prof. Anísio Teixeira. Complexo III - Chácara do Governador: compreende as atividades de: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social e CEPROLIM - Centro de Profissionalização Especial Dr. Lincoln Marques da Rocha. Complexo IV - Jardim Goiás destinado ao IDP - Instituto de Diagnósticos e Prevenção, credenciado ao SUS, o qual realiza atendimentos do Programa de Proteção a Gestante - "Teste da Mamãe" - visando prevenir a

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 EM (R\$)

	Patrimônio Social	SUPERAVIT	AJUSTE DE AAP	AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	Superavit/ Déficit. Acum.	TOTAL
SALDO EM 31/12/2012	6.897.688,84	352.151,58	-	-	-	7.249.820,42
Transferência P/ PAT. SOCIAL	352.151,58	(352.151,58)	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	188.513,33	-	-	-	188.513,33
SALDO EM 31/12/2013	7.249.820,42	188.513,33	-	-	-	7.438.333,75
Transferência P/ PAT. SOCIAL	188.513,33	(188.513,33)	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	524.679,35	-	-	-	524.679,35
SALDO EM 31/12/2014	7.438.333,75	524.679,35	-	-	-	7.963.013,10
Transferência P/ PAT. SOCIAL	524.679,35	(524.679,35)	-	-	-	-
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	452.083,33	-	452.083,33
Resultado do Exercício	-	453.518,75	-	-	-	453.518,75
SALDO EM 31/12/2015	7.963.013,10	453.518,75	-	452.083,33	-	8.868.615,18
Transferência P/ PAT. SOCIAL	905.602,08	(453.518,75)	-	(452.083,33)	-	(0,00)
Resultado do Exercício	-	857.353,37	-	-	-	857.353,37
SALDO EM 31/12/2016	8.868.615,18	857.353,37	-	-	-	9.725.968,55
Transferência P/ PAT. SOCIAL	857.353,37	(857.353,37)	-	-	-	-
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	11.230,74	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial – APP	-	-	17.894.474,99	-	-	17.894.474,99
Resultado do Exercício	-	372.222,27	-	-	-	372.222,27
SALDO EM 31/12/2017	9.725.968,55	372.222,27	17.894.474,99	11.230,74	-	28.003.896,55

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 EM (R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Lucro líquido	372.222,27	857.353,37
Depreciação e amortização (+)	193.151,87	131.292,85
Ajustes Exerc. Anteriores (-)	(11.230,74)	-
Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)	187.962,16	(81.601,97)
Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)	338.660,81	61.554,00
Aumento/diminuição contas a receber (+/-)	542.364,44	(205.316,74)
Aumento/diminuição despesas antecipadas (+/-)	(31.319,13)	(7.951,26)
Aumento/diminuição em estoques (+/-)	(21.411,56)	(14.916,99)



Caixa liq prov das atividades operacionais	1.592.861,60	740.513,27	transmissão vertical de doenças (mãe – feto – bebê) que em grande parte gera a Deficiência Intelectual, associada ou não a outras deficiências, bem como proteger a família e a maternidade. Nota No. 2 –
Investimento Capital (-)	477,54	-	As Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2017
Aquisição de imobilizado (-)	206.507,84	274.712,17	
Caixa liq usado nas atividades de investimento	(206.985,38)	(274.712,17)	
Caixa liq usado nas atividades de financiamento			
Aumento/diminuição liq. caixa e equival. de caixa	1.385.876,22	465.801,10	
Caixa e equivalentes de caixa - Início do ano	2.952.493,04	2.486.691,94	
Caixa e equivalentes de caixa - Final do ano	4.338.369,26	2.952.493,04	
Caixa líquido gerado no exercício	1.385.876,22	465.801,10	

foram registradas em moeda corrente nacional, em unidade de reais, e foram elaboradas consoantes às práticas contábeis emanadas da lei 6.404/76 (reformulada pela Lei 11.638/07), e alterações posteriores, bem como em conformidade com as normas contábeis vigentes, em especial a resolução CFC n. 877/2000, que aprovou a NBC T-10-19, norma específica para as instituições de caráter social, sem fins lucrativos, sendo que à adoção integral NBC/TC nº 2002 aprovada pela resolução CFC nº 1409 a partir do exercício de 2013. **Nota No. 3 –** Os custos, as despesas e as receitas da Instituição foram apropriados em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto que os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Longo Prazo. **Nota No. 4 –** Todos os direitos e obrigações da Entidade estão representados por seus valores reais, devidamente atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis. **Nota No. 5 –** As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, em obediência ao regime de competência dos exercícios e aplicados integralmente nas atividades fins. **Nota No. 6 –** Disponibilidades - As Disponibilidades estão apresentadas da seguinte maneira:

Descrição	2017	2016
Disponível	4.338.369,26	2.952.493,04
Caixa - Assistência Social	1.991,06	5.159,22
Bancos c/Movimento - Assist.	1.198.076,11	378.741,91
Bancos c/Movimento - Educação	-	-
Bancos CH a Compensar	-	(90.038,48)
Aplicações Financeiras - Assit.	3.138.302,09	2.658.630,39

Descrição	2017	2016
Créditos/Estoques	4.179.736,90	4.669.370,65
Adiant./Disp. Antecipadas - A. Social	157.751,77	126.432,64
Créditos Serv. a receber - Assist.Social	3.502.541,73	4.021.865,70
Convênios/Contrib. a Rec. - A. Social	387.757,95	410.798,42
Convênios/Contrib. a Rec. - Educação	-	-
Estoque/Almoxarifado - Assist. Social	131.685,45	110.273,89

6.1 – A Entidade finalizou em 31/12/2017 com um montante em caixa de R\$ 1.991,06. 6.2 – Conforme extratos bancários o montante disponível em contas correntes em 31/12/2017 é de R\$ 1.198.076,11 e um montante em aplicações financeiras (poupança) é de R\$ 3.138.302,09. **Nota No. 7 –** A Instituição não possui saldo de fundos de aplicação restrita. **Nota No. 8 –** A Instituição não possui saldo de recursos sujeitos a restrição ou vinculações por parte do doador. **Nota No. 9 –** Créditos / Estoque. A Composição de Estoques e créditos da Instituição em 31/12/2017 estão apresentados da seguinte forma na tabela acima: 9.1 – O montante de R\$ 157.751,77 está composto por R\$ 138.758,12 referente a adiantamentos a funcionários e a fornecedores, R\$ 370,00 referente cheques devolvidos e R\$ 18.623,65 referente a antecipação de seguros, na data de 31/12/2016. 9.2 – O valor de R\$ 3.502.541,73 classificados como créditos de serviços a receber, compreende a Notas Fiscais emitidas para competência de 12/2017 no valor de R\$ 1.107.864,77 e receitas a faturar referente a serviços prestados em discussão no valor de R\$ 2.394.676,96 conforme convenio pactuado com Fundo Municipal de Saúde. 9.3 – Da Rubrica contábil Convênios / Contribuições a Receber, composto pelo montante R\$ 17.950,01, é condizente a doações voluntárias emitidas por GUR (Guia Única de Recolhimento) da Apae de Goiânia e o montante R\$ 365.057,94 referente convênio FMAS que ainda não foram compensadas mediante depósito bancário, bem como valores a receber de contratos e parcerias no montante de R\$ 4.750,00. 9.4 – Na data de 31/12/2017 o estoque é composto pelo valor de R\$ 131.685,45. **Nota No. 10 – Estoque** – No exercício de 2013 ocorreu a unificação dos almoxarifados dos complexos, centralizando no Complexo I. **Nota No. 11 –** A Instituição não apresentou constituição para devedores duvidosos tendo em vista a natureza dos créditos existentes na contabilidade não requererem tal registro. **Nota No. 12 –** Foi utilizado o Método de Controle de Estoque periódico através do critério CUSTO MÉDIO. **Nota No. 13 –** O ATIVO IMOBILIZADO e as contas do PATRIMÔNIO LÍQUIDO foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com a evolução das cotações da UFIR, até o patamar de R\$ 0,8287. Sendo que a partir daquela data os efeitos inflacionários deixaram de ser reconhecidos nas Demonstrações Contábeis em função do disposto na Lei 9.249/95, que extinguiu a correção monetária do Balanço. **Nota No. 14 –** Os Ativos Imobilizados estão apresentados pelo custo de aquisição, e corrigidos até 31/12/1995 e apresentou variação positiva líquida no exercício de 2017 no valor de R\$ 13.355,97, composto pelas aquisições no valor de R\$ 206.507,84 e depreciações no valor de R\$ 193.151,87, assim especificados:

MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2016	AQUISIÇÃO 2017	BAIXA/ TRANSF 2017	SALDO 31/12/2017
12301010001	ELEVADORES	49.880,00	-	-	49.880,00
12301010002	EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO	237.576,57	-	-	237.576,57
12301010003	EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAL	37.043,31	31.528,00	-	68.571,31
12301010004	EQUIPAMENTOS DE NFORMATICA	701.329,16	157.224,13	-	858.553,29
12301010006	IMOVEIS	85.400,00	-	-	85.400,00
12301010007	LICENÇA DE USO	47.110,65	-	-	47.110,65
12301010008	MAQUINAS E APARELHOS	399.587,28	13.305,49	-	412.892,77
12301010009	MOVEIS E UTENSILIOS	597.755,34	31.250,42	-	629.005,76
12301010010	VEICULOS	246.701,42	-	-	246.701,42
12301010011	CONSTRUÇÕES/ REFORMA/ME	3.328.612,77	934.475,69	-	4.263.088,46
12301010012	SISTEMA DE CFVT/SEGURANÇA	26.800,20	-	26.800,20	-
12301010013	REFORMA/AMPLIAÇÃO Complexo I	239.093,13	-	239.093,13	-
12301010014	REFORMA/AMPLIAÇÃO Complexo III	470.947,76	-	470.947,76	-
12301010015	REFORMA IDP	23.708,48	-	23.708,48	-
12301010016	REFORMA COMPLEXO II	200.726,32	-	200.726,32	-
	SOMA	6.692.272,39	1.167.783,74	961.275,90	6.898.780,23

DEPRECIACÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2016	DEP. 2017	BAIXA 2017	SALDO 31/12/2017
12301020001	ELEVADORES	49.880,00	-	-	49.880,00
12301020002	EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO	149.692,32	14.188,57	-	163.880,89
12301020003	EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAL	8.877,51	4.472,60	-	13.350,11
12301020004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	474.409,25	69.241,68	-	543.650,93
12301020006	IMOVEIS	33.287,61	3.416,04	-	36.703,65
12301020007	LICENÇA DE USO	47.110,65	-	-	47.110,65
12301020008	MAQUINAS E APARELHOS	235.690,28	32.484,52	-	268.174,80
12301020009	MOVEIS E UTENSILIOS	359.107,45	43.896,65	-	403.004,10
12301020010	VEICULOS	209.313,40	24.302,21	-	233.615,61
12301020010	SISTEMA DE CFVT/SEGURANÇA	9.696,55	1.149,60	-	10.846,15
	SOMA	1.577.065,02	193.151,87		1.770.216,89

ITENS	31/12/2017	31/12/2016
DESCRICAÇÃO DO IMOBILIZADO POR ATIVIDADE	5.764.495,08	5.115.207,37
Bens do Ativo Fixo - Assist. Social	6.728.636,63	6.523.223,79
Bens do Ativo Fixo - Saúde	129.280,00	128.185,00
Bens do Ativo Fixo - Educação	40.863,60	40.863,60
(-) Deprec. Acumuladas - Assist. Social	(1.621.469,89)	(1.458.068,76)
(-) Deprec. Acumuladas - Saúde	(117.462,09)	(91.797,71)
(-) Deprec. Acumuladas - Educação	(117.462,09)	(91.797,71)

Nota No. 15 – Adoção do Custo Atribuído – Em 2017 foi implantado controle patrimonial e realizado a avaliação para o testes de recuperabilidade dos ativos da instituição, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.292/10, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Conforme descrito no Laudo do Teste de Recuperabilidade dos Ativos (Impairment) ano 2017, foi utilizado o método de explosão, por não haver até o momento controle individual dos bens, apenas

elevadores e veículos foi possível identificar de forma individual. Após os testes ficou evidenciado que existem bens já totalmente depreciados e na comparação do saldo contábil dos mesmos com os levantamentos de 2017, verificou-se que houve ganho de recuperabilidade no montante de R\$ 17.894.474,99 (dezesete milhões e oitocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil 31/12/2017	Avaliação 2017	AAP 2017	Saldo Imobilizado 2017
ELEVADORES	49.880,00	(49.880,00)	0,00	34.916,00	34.916,00	34.916,00
EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO	237.576,57	(163.880,89)	73.695,68	139.091,10	65.395,42	139.091,10
EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAL	68.571,31	(13.350,11)	55.221,20	55.355,98	134,78	55.355,98
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	858.553,29	(543.650,93)	314.902,36	322.706,07	7.803,71	322.706,07
IMOVEIS	85.400,00	(36.703,65)	48.696,35	17.307.239,60	17.258.543,25	17.307.239,60
LICENÇA DE USO	47.110,65	(47.110,65)	0,00	0,00	0,00	0,00
MAQUINAS E APARELHOS	412.892,77	(268.174,80)	144.717,97	232.446,15	87.728,18	232.446,15
MOVEIS E UTENSILIOS	629.005,76	(403.004,10)	226.001,66	537.381,12	311.379,46	537.381,12
VEICULOS	246.701,42	(233.615,61)	13.085,81	141.660,00	128.574,19	141.660,00
CONSTRUÇOES/ REFORMA/ ME	4.263.088,46	(10.846,15)	4.252.242,31	0,00	0,00	4.252.242,31
SOMA	6.898.780,23	-1.770.216,89	5.128.563,34	18.770.796,02	17.894.474,99	23.023.038,33

Nota No. 16 – Os passivos onerosos estão devidamente atualizados, pelo critério pró-rata, até a data de encerramento das demonstrações Financeiras e contabilizados conforme quadro a seguir:

Descrição	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	3.537.725,48	3.011.102,51
Fornecedores - Assist. Social	720.397,61	532.435,45
Obrig. Sociais/Fiscais - Assist. Social	276.455,59	152.845,75
Prov./Contas a Pagar - Assist. Social	130.456,32	151.285,14
Adiantamento/Clientes	15.739,00	0,00
Receitas a Faturar FMS	2.394.676,96	2.174.536,17

Nota No. 17 – Na apuração das receitas da entidade foi adotado o critério de apuração pelo regime de competência. **Nota No. 18** – Receitas. No exercício de 2017 a entidade obteve o montante de R\$ 14.625.157,12 de receitas operações continuadas, oriundas das Demonstradas no quadro "A", utilizando o critério de rateio por área de atuação nas operações não definidas, sendo que para a saúde foi alocado o custo total da aquisição dos kits para o teste da mamãe, para educação custos total da aquisição dos kits para o teste da mamãe, para educação custos despesas pedagógica, papelaria e limpeza, e todos os demais custos e despesas foram alocados para assistência social, com base nessa distribuição, os custos aplicados apresentaram os valores demonstrados abaixo:

AREAS	VALORES	%
Custos e Despesas - Assistência Social	11.145.387,45	78,20
Custos e Despesas - Saúde	3.065.558,68	21,51
Custos e Despesas - Educação	41.988,72	0,29
TOTAL CUSTOS E DESPESAS	14.252.934,85	100,00

QUADRO "A" <--> 2017	
RECEITAS	14.625.157,12
Receitas - Assistência Social	11.436.454,62
Receitas - Saúde	3.145.617,22
Receitas - Educação	43.085,28

Utilizando-se dos percentuais acima mencionados, foi aplicado sobre as receitas totais do ano de 2017, produzindo-se as seguintes receitas (Quadro A) para cada área de atividade:

Nota No. 19 – Os Serviços Prestados pela entidade foram desenvolvidos por meio do Programa de Proteção à Gestante, realizado no ano de 2017 com contrato de serviços realizado com SUS, no qual corresponderam a 1.113.121 procedimentos prestados, com valor da Receita de Serviços totalizando R\$ 10.749.935,92, sendo R\$ 7.604.318,70 proveniente da área da Assistência Social e R\$ 3.145.617,22 área da Saúde, conforme critério de rateio especificado nas Notas No 18. **Nota No. 20** – As Doações e Contribuições recebidas foram realizadas por Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas perfazendo o valor total de R\$ 3.217.199,11 das quais foi alocado o valor de R\$ 18.450,26 em Goiás → R\$ 123.215,40 oriundo do convenio renda cidadã com finalidade alimentação de qualidade aos beneficiários. **Nota No. 22** – Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social. **Nota No. 23** – Despesas. Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$ 14.252.934,85 proveniente custos e despesas operações continuadas demonstradas no quadro "B". Tomando-se as receitas totais mencionadas na Nota 18 e deduzindo-se dos custos totais desta nota, originou o seguinte resultado em 2017 (quadro "C"):

QUADRO "B" <--> 2017	
CUSTOS E DESPESAS	14.252.934,85
Custos e Despesas - Assistência Social	11.145.387,45
Custos e Despesas - Saúde	3.065.558,68
Custos e Despesas - Educação	41.988,72

QUADRO "C" <--> 2017	
APURAÇÃO DO RESULTADO	VALORES R\$
Receita Total	14.625.157,12
Custo/Despesa Total	14.252.934,85
Resultado do Exercício	372.222,27

Relatório de Base de Cálculo de INSS Folha-APAE-2017			
Comp.	BC Inss	%	VR. Isenção
JANEIRO	472.171,26	26,5	125.125,38
FEVEREIRO	402.208,96	26,5	106.585,37
MARÇO	411.324,41	26,5	109.000,97
ABRIL	417.352,69	26,5	110.598,46
MAIO	428.841,65	26,5	113.643,04
JUNHO	467.533,21	26,5	123.896,30
JULHO	442.229,86	26,5	117.190,91
AGOSTO	434.286,96	26,5	115.086,04
SETEMBRO	480.677,49	26,5	127.379,53
OUTUBRO	443.910,92	26,5	117.636,39
NOVEMBRO	447.068,05	26,5	118.473,03
DEZEMBRO	486.905,76	26,5	129.030,03
13. Salário	398.947,20	26,5	105.721,01
TOTAIS	5.733.458,42		1.519.366,48

Relatório de Base de Cálculo de INSS RPA-APAE-2017			
Comp.	BC Inss	% INSS	VR. Isenção
JANEIRO	3.429,00	20	685,80
FEVEREIRO	3.429,00	20	685,80
MARÇO	4.779,00	20	955,80
ABRIL	4.779,00	20	955,80
MAIO	4.779,00	20	955,80
JUNHO	4.779,00	20	955,80
JULHO	5.945,67	20	1.189,13
AGOSTO	4.595,67	20	919,13
SETEMBRO	4.826,25	20	965,25
OUTUBRO	5.359,75	20	1.071,95
NOVEMBRO	4.826,25	20	965,25
DEZEMBRO	4.826,25	20	965,26
TOTAIS	56.353,84		11.270,76

Nota No. 24 – O valor de Isenção usufruída relativa à cota Patronal INSS + SAT + Terceiros perfizeram no ano de 2017 o valor de R\$ 1.530.637,24 e assim demonstrado:

Nota No. 25 – Em agosto/2015 a APAE de Goiânia obteve por Decisão Judicial (Liminar) suspensão do pagamento de PIS s/ Folha a partir da competência 08/2015, contudo mantivemos o registro contábil da provisão do mesmo, para o ano de 2017 foram feitas a seguintes provisões conforme demonstrado no quadro abaixo:

Relatório de Base de Cálculo de PIS - APAE - 2017			
Comp.	BC PIS	%	VR. Isenção
JANEIRO	476.590,47	1	4.765,90
FEVEREIRO	404.312,98	1	4.043,13
MARÇO	415.971,19	1	4.159,71
ABRIL	423.865,85	1	4.238,66
MAIO	436.486,20	1	4.364,86
JUNHO	481.103,01	1	4.811,03
JULHO	457.813,46	1	4.578,13
AGOSTO	451.081,00	1	4.510,81
SETEMBRO	464.166,52	1	4.641,67
OUTUBRO	432.988,72	1	4.329,89
NOVEMBRO	442.316,06	1	4.423,16
DEZEMBRO	488.739,44	1	4.887,39
13. Salário	407.219,31	1	4.072,19
TOTAIS	5.782.654,21		57.826,53

EMPRESA	SAT	TERCEIROS	TOTAL	B. de Calculo	Vr. INSS
20	2	4,5	26,5	5.733.458,42	1.519.366,48

EMPRESA	SAT	TERCEIROS	TOTAL	B. de Calculo	Vr. INSS
20	-	-	20	56.353,84	11.270,76

Nota No. 26 – As gratuidades estão demonstradas nas contas de compensação ativas e passivas, devidamente respaldadas com documentação hábil e respectivas planilhas. Observado que todos os recursos utilizados nas despesas realizadas tiveram 100% de seu valor revertido nas gratuidades no âmbito das áreas de atuação da APAE. **Nota No. 27** – Despesas - Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de **R\$ 14.252.934,85** proveniente de custos e despesas das operações continuadas demonstradas no quadro "B" da Nota N. 23. **Nota No. 28** – Os valores das gratuidades concedidas em atendimento ao disposto no inciso VI, do artigo 3º, do decreto n. 2.536/98 estão assim demonstrados:

ÁREA	Valor Gratuidade Realizado	Valor Convênios e Subvenções	Despesas Totais realizadas	Qtde
> Assistência Social	10.286.733,04	458.179,20	10.744.912,24	3.246
> Educação	9.718,16	7.400,00	17.118,16	541

Nota No. 29 – De acordo com os registros contábeis, ocorreram ajustes de exercícios anteriores referente desconto de plano de saúde em folha de pagamento no valor de R\$ 11.230,74, o qual será incorporado ao Patrimônio Social da instituição. **Nota No. 30** – **Patrimônio Social:** Findo o exercício de 2017, o Patrimônio

Social apresentou aumento líquido no valor de R\$ 372.222,27 relativo ao superávit do mesmo valor, consolidando o saldo em 31.12.2017 de R\$ **10.109.421,56**. Foi realizada ainda a incorporação de resultados anteriores ao Patrimônio Social através de uma transferência ad referendum em 01.01.2017. **Nota No. 31** – Ocorreram em 2017 lançamentos nas contas de compensações, proveniente do valor Isenção da Contribuição patronal INSS – 2017 no valor de R\$ 1.530.637,24 e provenientes salários e encargos dos professores disponibilizados para entidade sem custo pelo Governo do Goiás e Prefeitura Municipal de Goiânia no valor de R\$ 4.511.973,20, Consolidando nas contas de compensações valor total de R\$ 6.042.610,44. **Nota No. 32** – **Provisões Ativas e Passivas:** Este assunto é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC Nº. 25 e foi normatizado pela Resolução do CFC nº. 1.180 de 04 de agosto de 2009 (NBC T 19.7), para aplicação a partir de 01 de janeiro de 2010 (art. 2º). Seção 21 da NBC T 19.41. O objetivo desta norma é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. A APAE possui uma ação judicial em curso perante 3ª Vara Cível da Comarca de Anápolis, pedido de indenização em desfavor da APAE de Goiânia consistente em supostos danos materiais e morais, **autos de processo nº 201104445128 (444512-76.2011.8.09.0006)**. Conforme entendimento da Procuradoria Jurídica da Instituição os pedidos formulados em face da APAE de Goiânia são improcedentes, consoante os termos da contestação apresentada em Juízo. **Nota No. 33** – **Partes Relacionadas:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 560/2008 e pela Resolução CFC nº. 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionadas. Informamos que na Associação não houve relação com partes relacionadas. Era o que tínhamos a informar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2017. Goiânia – GO, 31 de Dezembro de 2017. Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Goiânia. **Albanir Pereira Santana** Presidente CPF: 057.289.912-20 - **Tatiane Barbosa de Santana** Contador CRC/GO – 019009. **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Aos Administradores da **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia. GOIÂNIA – GO** Prezados Senhores; **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia**, levantado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações de Superávit e/ou Déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia** e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, notadamente as normas emitidas pelo: Conselho Federal de Contabilidade Resolução número 2015/ITG 2002(R1) de 02/09/2015 que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros; pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC números: CPC 27 (Ativo Imobilizado), CPC 01 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC-PME e ICPC 10 que trata do *Deemed Cost* (Custo Atribuído) e o Ajuste de Avaliação Patrimonial, além dos normativos emitidos pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em especial ao Ato PGJ/CGMP Nº 001/95 e alterações posteriores, Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11638/2007 e 11941/2009 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, em conformidade ainda com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normatizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria – PAA** - Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 28/03/2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/1976, atualizada pelas Leis 11.638 e 11.941, bem como pelas normas aplicáveis às entidades do terceiro setor, mencionadas no parágrafo de opinião e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Sempre que requerido, comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Aparecida de Goiânia-GO, 19 de abril de 2018. **DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/GO Nº 000757/O-6 VALDIR MENDONÇA ALVES CONTADOR, CRC-GO 005944/O-4 Sócio – GERENTE DE AUDITORIA.**

Protocolo 71975